

INCLUA-SE EM ORDEM DO
DIA OPORTUNAMENTE.

Em 20 / 02 / 18.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
RES Nº 37, de 2018
Data 21.02.2018

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2017/8

Requeremos, nos termos do disposto no arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja criada Comissão Temporária Externa, composta de 10 (dez) membros titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de **um ano**, destinada a acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, ocorrido por meio do Decreto presidencial nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 37 / 2018
Fis. 01

O decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro é algo que ainda não foi aplicado em qualquer Estado da Federação desde a edição da Constituição Federal Brasileira de 1988. Trata-se de medida drástica que virá acompanhada da entrada em cena do Exército Brasileiro para, segundo o Presidente Michel Temer, “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.”

A intervenção federal em conjunto com a nossa recente redemocratização resgata memórias de arbitrariedades cometidas pelas Forças Armadas no passado, e por isso a necessidade de se ter membros do Senado Federal acompanhando o desdobramento e execução das operações militares e policiais.

Recebido em Plenário.

Em 20 / 02 / 18

Adriano Rodrigues

Jo

Lilly / Jari



SF/18105.93983-18

Página: 1/2 20/02/2018 20:55:47

7becda312e6c7fd8939c27e38fa5a434c7212fe5

Organizações de direitos humanos já manifestam preocupação com excessos, e apesar de o ministro da Defesa, Raul Jungmann já ter se manifestado no sentido de que não haverá restrição de direitos, é essencial que o Senado Federal acompanhe os rumos da segurança e da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro. Nós, Parlamentares, temos o dever constitucional de acompanhar este delicado momento para que os direitos constitucionais dos cidadãos cariocas sejam efetivamente garantidos.

Assim explicita o art. 49 da Constituição de 1988:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:.....

.....
X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
.....

Logo, é essencial que o Senado aprove a criação desta Comissão Temporária para acompanhamento da intervenção federal no Rio de Janeiro, razão pela qual solicito o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

Senador Randolfe Rodrigues
REDE-AP

Lidiane da Mota e Souza
[Assinatura]

Senado Federal
Protocolo Legislativo
RQS nº 37 / 2018
Fls. 02



SF/18105.93983-18

Página: 2/2 20/02/2018 20:55:47

7becda312e6c7d8939c27e38fa5a434c7212fe5